

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

CONSULTORIA JURÍDICA



Projeto de Lei: nº 15 de 21 de fevereiro de 2017.

Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre a orientação e auxílio aos usuários dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo urbano no município de Jacareí, e dá outras providências.

Autoria: Vereador Paulinho dos Condutores

PARECER Nº 104 – METL – CJL – 03-2017

O Nobre Vereador Paulinho dos Condutores encaminhou para apreciação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que visa a presença de um funcionário, além do motorista, para fins de orientação e auxílio dos usuários.

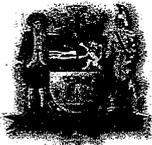
A proposição foi remetida a esta Consultoria Jurídica para examinar a sua pertinência constitucional, legal e jurídica.

O Projeto de Lei em tela veio acompanhado com justificativa dos argumentos atinentes a tese defendida pelo Nobre Vereador sobre o contexto que dá sustentação ao Projeto.

Em que pese a nobre intenção do Vereador a fim de evitar o desemprego, a iniciativa de projeto de lei que envolve concessões e serviços públicos é exclusiva do Prefeito, ou seja, o Vereador não pode deflagrar iniciativa de lei nesse sentido, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Jacareí transcrita abaixo:

Artigo 40 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE

CONSULTORIA JURÍDICA



II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e vencimentos;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;

V – concessões e serviços públicos.

Parágrafo Único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.(g.n)

Assim, de plano, o projeto não poderá prosseguir, por legislar sobre assunto de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Contudo, caso não seja esse o entendimento, deverão ser colhidos os pareceres das seguintes Comissões Permanentes:

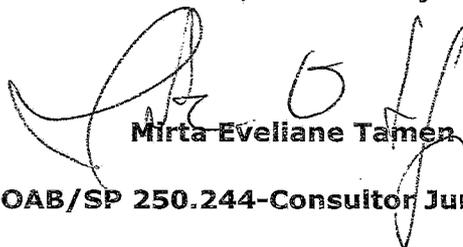
- **Comissão de Constituição e Justiça;**
- **Obras, Serviços Públicos e Urbanismo.**

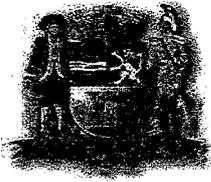
Nesse caso, o projeto estará sujeito a **turno único de discussão e votação, necessitando do voto favorável da maioria simples** para sua aprovação.

Este é o parecer, com caráter **OPINATIVO e NÃO VINCULANTE.**

Encaminhe-se ao Secretário-Diretor Legislativo para ulteriores providências.

Jacareí, 06 de março de 2016


Mirta Eveliane Tamen Lazcano
OAB/SP 250.244-Consultor Jurídico Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉI

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



Projeto de Lei nº 015/2017

*Assunto: Projeto de Lei de autoria
Parlamentar que dispõe sobre concessão de
serviço público. Inconstitucionalidade formal.
Invasão de competência da União.*

DESPACHO

Aprovo o judicioso parecer de nº 104 – METL – CJL
03 – 2017 (fls. 07/08) por seus próprios fundamentos.

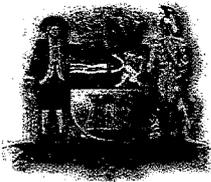
De fato, o projeto em questão, embora sensível a
problemática da segurança dos munícipes e trabalhadores, acaba por invadir a
competência legislativa do Poder Executivo, em nítida afronta as Constituições
Federal e Estadual.

Outrossim, ao abordar o âmbito de atuação exclusiva
do Prefeito, viola-se também a Lei Orgânica do Município, pelo que não reúne
condições de prosseguimento.

No caso, a competência é para deflagrar o processo
legislativo é atribuída ao Chefe do Executivo, conforme expressamente constou
do parecer em análise.

Não obstante, ao regulamentar a função do “cobrador”
(ainda que não tenha usado expressamente tal termo), o projeto resvalou
indevidamente em competência da União.

Página 1 de 3



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

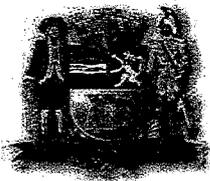
PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



Nesse sentido, anoto que a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo também coaduna com tal entendimento.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE –LEI MUNICIPAL Nº 11.888, DE 04 DE MARÇO DE 2016, DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE PROTETOR SOLAR PARA OS FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E DISTRITOS, QUE TRABALHAM EXPOSTOS AO SOL - PROCESSO LEGISLATIVO – INICIATIVA PARLAMENTAR - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTIGOS 5º, 47, II, XI, XIV E XVIII, 117 E 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – INGERÊNCIA EM CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO, ALÉM DE ATRIBUIR FUNÇÕES A ÓRGÃOS MUNICIPAIS - INADMISSIBILIDADE. Não cabe ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, ainda que por *lei*, praticar atos de caráter administrativo próprios do Poder Executivo, cuja atuação privativa na deflagração do processo legislativo está definida no texto constitucional. Essa prática legislativa de invadir a esfera de competência exclusiva do Executivo, quando efetivada, subverte a função primária da *lei*, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição *parlamentar* e importa em atuação ultra vires do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação

Página 2 de 3



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
CONSULTORIA JURIDICA LEGISLATIVA



político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais. PROCEDÊNCIA, PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA IMPUGNADA. (TJSP. Órgão Especial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2072233-05.2016.8.26.0000. Rel. Des. Amorim Cantuária. Julgado em 27/07/2016). (grifo nosso)

Assim, reitero o sobredito parecer e recomendo o **ARQUIVAMENTO** da propositura conforme disposto pelo artigo 45, *caput*¹, e artigo 88, inciso III², ambos do Regimento Interno.

À Presidência para deliberação, ressaltando, sempre, o caráter opinativo e não vinculante do parecer jurídico.

Jacareí, 06 de março de 2017.

Jorge Alfredo Cespedes Campos

Consultor Jurídico Chefe

¹ Art. 45. O projeto que for rejeitado por receber parecer contrário de todas as Comissões a ele pertinentes ou pelos motivos previstos no artigo 88 deste Regimento Interno, deverá ser arquivado mediante despacho do Presidente da Câmara, salvo requerimento proposto pela maioria absoluta dos membros da Câmara solicitando o seu desarquivamento, promovendo sua automática tramitação.

² Art. 88. A Presidência arquivará qualquer proposição:

III - manifestamente ilegal, inconstitucional ou anti-regimental, quando assim se manifestar a Consultoria Jurídica e a critério do Presidente, após a aprovação ou não do parecer jurídico.